Demonstrações Financeiras

Scania Banco S.A.

30 de junho de 2021 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Relatório da administração	6
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores do **Scania Banco S.A.** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scania Banco S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2\$P034519/O-6

Rui Borges

Contador CRC-1SP207135/O-2

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto

Contador CRC-1SP300534/O-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. (Banco) do semestre findo em 30 de junho de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Desempenho: No semestre, o Banco apresentou um lucro de R\$ 35.746, correspondente a R\$ 0,1090 por ação.

Índice de Basiléia: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2021, o índice de Basiléia amplo do Conglomerado Prudencial foi de 11,5%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN. Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no website do Banco: https://www.scania.com/br/pt/home/products-and-services/finance-and-insurance/finance/gerenciamentoderiscos.html, que não faz parte das demonstrações financeiras.

A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), também estão disponíveis no site acima.

O Banco elaborou um plano de implementação de sua política de responsabilidade socioambiental, tendo sido implementada no exercício de 2015.

O Banco adotou uma postura conservadora para aprovação de renegociação para clientes com contratos já renegociados.

As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2021, foram aprovadas por essa diretoria em reunião realizada em 16 de agosto de 2021.

São Bernardo do Campo, 16 de agosto de 2021. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo apoio, comprometimento e dedicação, aos acionistas e clientes pela confiança.

A Diretoria

Balanços patrimoniais Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	<u>Nota</u>	<u>Jun/21</u> 2.081.385	<u>Dez/20</u> 1.709.030
Disponibilidades	6	1.067	1.021
Instrumentos Financeiros	_	2.067.892	1.687.062
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	32.000	16.001
Operações de crédito	9	2.035.892	1.671.061
Operações de arrendamento mercantil	9	19.758	12.168
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9	(36.764)	(24.092)
Operações de crédito		(36.641)	(24.001)
Operações de arrendamento mercantil		(123)	(91)
Outros ativos	10	29.432	32.871
Rendas a receber		34	24
Diversos		29.398	32.447
Bens não de uso próprio		-	400
Não circulante		3.592.870	2.907.236
Instrumentos Financeiros		3.560.944	2.886.958
Títulos e valores mobiliários	8	767	759
Operações de crédito	9	3.560.177	2.886.199
Operações de arrendamento mercantil	9	18.917	13.262
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9	(30.935)	(25.938)
Operações de crédito		(30.822)	(25.838)
Operações de arrendamento mercantil		(113)	(100)
Ativo fiscal diferido		43.944	32.954
Ativo fiscal diferido	24.b	43.944	32.954
Permanente		10.444	8.302
Investimentos em controlada	11	10.444	8.302
Intangível		408	408
Amortização		(408)	(408)
Total do ativo		5.684.699	4.624.568

Balanços patrimoniais Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Passivo Circulante	<u>Nota</u>	<u>Jun/21</u> 2.283.254	<u>Dez/20</u> 1.924.004
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		2.225.960	1.847.208
Depósitos	13	1.073.338	776.447
Obrigações por empréstimos e repasses	14	1.092.951	1.040.431
Dívidas subordinadas	16	59.671	30.330
Provisões	15.b	14.490	9.665
Diversos		14.490	9.665
Obrigações fiscais correntes e diferidas		42.804	67.131
Fiscais e previdenciárias	15.a	42.804	67.131
Não circulante		2.721.812	2.196.677
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		2.719.374	2.194.415
Depósitos	13	542.172	490.781
Obrigações por empréstimos e repasses	14	2.157.202	1.654.534
Dívidas subordinadas	16	20.000	49.100
Passivo fiscal diferido	24.c		27
Passivo fiscal diferido		-	27
Provisões	15.c	2.339	1.915
Passivo Contingentes		2.339	1.915
Outros Passivos	17	99	320
Resultado dos exercícios futuros		99	320
Patrimônio líquido	18	679.633	503.887
Capital De domiciliados no exterior		410.000	270.000
Reserva legal		13.809	12.022
Reserva estatutária		255.824	221.865
Total do passivo e patrimônio líquido		5.684.699	4.624.568

Demonstração do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Receitas da intermediação financeira	<u>Nota</u>	<u>Jun/21</u> 250.020	<u>Jun/20</u> 222.277
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9	248.561	220.936
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores	3	240.501	220.930
mobiliários		1.459	1.341
Hobilianos			
Despesas da intermediação financeira		(162.486)	(136.227)
Operações de captação no mercado	13	(40.029)	(46.346)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento	14.c	(100.566)	(79.040)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(21.891)	(10.841)
Resultado bruto da intermediação financeira		87.534	86.050
Outras receitas/(despesas) operacionais		(25.031)	(20.080)
Rendas de prestação de serviços		4.598	2.735
Despesas de pessoal	19	(15.557)	(12.584)
Outras despesas administrativas	20	(8.270)	(7.390)
Despesas tributárias	23	(7.446)	(5.665)
Resultado de participação em controlada	11	2.142	1.895
Outras receitas operacionais	21	574	1.354
Outras despesas operacionais	21	(1.072)	(862)
Resultado na alienação de valores e bem	22	-	437
Resultado operacional		62.503	65.970
Resultado antes da tributação		62.503	65.970
,		-	
Imposto de renda e contribuição social	24.a	(26.757)	(24.950)
Provisão para imposto de renda		(21.229)	(18.320)
Provisão para contribuição social		(16.545)	(13.222)
Imposto fiscal diferido		11.017	6.592
Lucro líquido do período		35.746	41.020
Resultado por ações		0,1090	0,1519

Demonstração do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	<u>Jun/21</u>	<u>Jun/20</u>
Lucro Líquido do período	35.746	41.020
Lucro líquido abrangente do período	35.746	41.020

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros				
			Reserva	Reserva	Lucros	
	Nota	Capital Social	Legal	Estatutária	Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		270.000	7.990	145.270		423.260
Lucro líquido do semestre			-	-	41.020	41.020
Destinação para reservas de lucros			2.051	38.969	(41.020)	-
Saldo em 30 de junho de 2020		270.000	10.041	184.239		464.280
Saldo em 31 de dezembro de 2020		270.000	12.022	221.865		503.887
Aumento de capital	18.a	140.000	-	-		140.000
Lucro líquido do semestre		-	-	-	35.746	35.746
Destinação para reservas de lucros	18.c.d		1.787	33.959	(35.746)	-
Saldo em 30 de junho de 2021		410.000	13.809	255.824		679.633

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Jun/21</u>	Jun/20
Atividade operacional			
Lucro líquido ajustado do semestre		45.339	43.935
Lucro líquido do semestre		35.746	41.020
Ajustes ao lucro líquido		9.593	2.915
Amortizações		-	41
Provisão para Passivos Contingentes		861	520
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.b	21.891	10.841
Impostos diferidos	24.a	(11.017)	(6.592)
Resultado de participação em controladas	11	(2.142)	(1.895)
Variações patrimoniais		(169.294)	62.926
Títulos e valores mobiliários		(8)	(26)
Operações de crédito e arrendamento mercantil		(1.068.862)	(308.910)
Outros créditos e outros valores e bens		5.035	(2.696)
Obrigações dívida subordinada		241	(321)
Depósitos a prazo		348.282	(183.882)
Obrigações por empréstimos e repasses		555.187	542.257
Outras obrigações		29.530	47.521
Resultado dos exercícios futuros		(221)	(267)
Impostos e contribuições a pagar		(704)	792
Impostos pagos		(37.774)	(31.542)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(123.955)	106.861
Atividades de investimento			
Aumento de capital	18.a	140.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		16.045	106.861
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa		16.045	106.861
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	6	17.022	15.488
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	6	33.067	122.349
Caixa e equivalente de caixa no nin do semestre	U	33.001	122.043

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Scania Banco S.A. ("Banco") que está localizado na av. José Odorizzi, 151, P11-02 - Portaria 1, na cidade de São Bernardo do Campo – SP, Brasil, foi constituído em 12 de agosto de 2009 e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil – BACEN em 4 de dezembro de 2009, para operar sob a forma de banco múltiplo individual, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, e arrendamento mercantil. O Banco tem como seu único acionista e controlador a Scania Finance Holding AB. O Scania Banco S.A. iniciou suas operações durante o primeiro trimestre de 2010 e tem seguido o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, realizando operações de FINAME, FINAME Leasing, Crédito Direto ao Consumidor – CDC e Vendor. As operações visam suportar as vendas aos clientes de produtos da marca Scania.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Resolução 4.720/2019 e 4.818/2020 e BCB nº 02 de 12/08/2020, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 16 de agosto de 2021.

As Resoluções CMN nº 4.818/2020 e BCB nº 02 de 12/08/2020 dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2020. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido, incluindo a Demonstração de Resultado Abrangente. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- a) CPC 01 (R1) Redução ao valor recuperável de ativos homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- c) CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08:
- d) CPC 04 (R1) Ativo Intangível homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- e) CPC 05 (R1) Divulgação sobre partes relacionadas homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- f) CPC 10 (R1) Pagamento baseado em ações homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- g) CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- h) CPC 24 Eventos subsequentes homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- i) CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- j) CPC 27 Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- k) CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- l) CPC 41 (R1) Resultado por Ação homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019.
- m) CPC 46 (R1) Mensuração do Valor Justo homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

3. Principais políticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, de acordo com a Resolução do BACEN nº 4720/19, caixas e equivalentes de caixas são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) <u>Títulos e valores mobiliários</u>

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

e) <u>Operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas</u> associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e seus respectivos resultados, foram reclassificadas para o grupo de "Operações de arrendamento mercantil".

As operações de crédito e arrendamento mercantil estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada, sendo atualizada até o 59º dia de atraso.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 9.

f) Outros Ativos – Diversos

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidas e ajustados ao valor de realização, quando aplicável e também representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido, reconhecida no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto ativo fiscal diferido, cuja realização é avaliada semestralmente.

i) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses e dívida subordinada

As operações estão registradas por seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia.

j) Outras obrigações - Diversas

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada pela alíquota de 15%, conforme Lei n° 13.169, de 06 de outubro de 2015, conversão da Medida Provisória n° 675. A alíquota da CSLL, para bancos de qualquer espécie, foi elevado de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. A Lei nº 14.183/21, publicada no Diário Oficial da União em julho de 2021, no seu artigo 1º, alterou as disposições normativas previstas na Lei nº 7.689/88 majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as instituições financeiras e equiparadas. A alteração elevou de 20% (vinte por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) a alíquota da CSLL a partir de 1º de julho de 2021 com vigência até 31 de dezembro de 2021, sendo que após 1º de janeiro de 2022 a alíquota retornará ao patamar de 20%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias. Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os ativos fiscais diferidos são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes obrigações legais e divulgação de provisões são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As contingências classificadas como possível risco de perda não requerem constituição de provisão, mas requerem divulgação e as classificadas como risco remoto não requerem provisão ou divulgação.

m) Outros Passivos - Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

n) Classificação de Resultado Recorrente e não Recorrente

Conforme disposto na resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, o Scania Banco classifica o resultado corrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria, que se baseia na segregação dos eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Scania Banco.

o) Lucro por ação

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindose lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

4. Gerenciamento de riscos

O Banco trabalha por processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiem toda a instituição e que sejam a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios. Neste processo estão contemplados principalmente, mas não exclusivamente, os seguintes riscos:

Risco de crédito: Exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco segue as melhores práticas da Matriz e tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

Risco operacional: É monitorado de forma a permitir a avaliação, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tornar impróprio o exercício das atividades do Scania Banco, resultando em perdas inesperadas. Os métodos utilizados são compatíveis com a realidade atual do Banco e para efeito de capital regulamentar, o Banco utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

Risco de mercado: Através de metodologias condizentes com a realidade atual do Banco, o risco de mercado é gerenciado com transparência e elevado grau de confiança, sendo que nossas operações predominantemente consideradas como banking book.

Risco de Liquidez: É gerenciado por meio de estruturas, procedimentos e relatórios padrões que visam gerir a capacidade de pagamento do banco, considerando planejamento financeiro, limites de riscos e otimização de recursos disponíveis, permitindo uma tomada de decisão com grande agilidade e alto grau de confiança.

Gerenciamento de Capital: De acordo com os padrões globais de gestão de capital e as normas do Banco Central do Brasil, o Scania Banco considera as 4 categorias de risco (Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional) ao monitorar e manter o capital mínimo. Além disso, considerasse o seguinte na revisão do nível de capital: (i) alterações normais no tipo e montante de operações bancárias e as flutuações do índice de capital total; (ii) custo ao captar caixa em curto prazo; (iii) sempre manter o nível de capital mínimo conforme exigido pelo Banco Central; e (iv) alterações no ambiente econômico que poderiam afetar o Banco ou clientes específicos.

A estrutura e as metodologias aplicadas à Gestão de Risco encontram-se disponíveis para acesso público no website do Banco: https://www.scania.com/br/pt/home/products-and-services/finance-and-insurance/finance/gerenciamentoderiscos.html.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

Previsão Resultados

O crescimento do Banco é altamente depende do sucesso da marca Scania no Brasil e de seu planejamento de vendas, e é por esse motivo que o trabalho é desenvolvido próximo da gestão da Scania Brasil visando diferenciais que permitam atingir seus objetivos, uma vez que os concorrentes do Banco são as maiores instituições financeiras do Brasil.

O impacto da pandemia do COVID-19 que atingiu o segmento de caminhões e ônibus desde o ano de 2020, gerou um cenário de incerteza ainda para o ano de 2021. Todavia verificamos sinais relevantes de recuperação na demanda de novos caminhões, principal produto da marca em território nacional. O cenário de curto prazo ainda requer atenção, mas o Banco acredita que dispõe de instrumentos suficientes para superar este desafio, fortalecer o relacionamento com os clientes, e acompanhar um ambiente futuro mais próspero. Para 2021, o Banco espera superar os R\$ 6,0 bilhões de carteira de crédito, incrementar o volume de novos de negócios em mais de 80% na comparação com 2020 (de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 3,6 bilhões), com a manutenção da inadimplência, despesas estáveis e rentabilidade dentro dos patamares de exercícios anteriores.

Sobre Gestão de Capital

O Banco elabora durante o último trimestre de cada ano um plano de negócios para o exercício subsequente. Além disso, desenvolve periodicamente um plano de longo prazo com horizonte mínimo de cinco anos. Existem ainda processos institucionais e obrigatórios que visam o acompanhamento das metas e objetivos traçados, assim como análise das razões de eventuais desvios e correções, através de relatórios mensais e previsões trimestrais, com base nos cenários mais recentes que o Banco esteja operando. Assim, o Banco reavalia e projeta o crescimento dos seus ativos e capital, com vistas ao monitoramento e se manutenção da conformidade em todos os aspectos normativos.

5. Alocação de Capital

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito em conformidade com os critérios e padrões estabelecidos pelo BACEN, e o escopo requerido considera o Conglomerado Prudencial formado pelo Scania Banco e pela Scania Administradora de Consórcios. Abaixo estão destacadas as principais variações do semestre:

Patrimônio de Referência: Aumento de R\$ 136 milhões em função da incorporação do resultado do período e aumento de capital e com isto atinge o patamar de R\$ 741 milhões.

RWA: Atinge R\$ 5,7 bilhões em junho de 2021 contra R\$ 4,8 bilhões em dezembro de 2020. Este avanço registrado deve-se principalmente da evolução dos ativos ponderados pelo risco de crédito (RWACPAD).

Indice de Basiléia: A evolução dos ativos ponderados ao risco (RWA) sensibilizou o índice amplo, que inclui o risco de taxa de juros na carteira bancária, também conhecido como IRRBB. Também sensibilizou o indicador o aumento de capital realizado, apresentando aumento de 10,8% em dezembro de 2020 para 11,5% em junho de 2021. Destaque para a Resolução 4.783 do Banco Central do Brasil, de 16 de março de 2020, que alterou o requerimento mínimo aplicável para instituições como o Scania Banco para 9,25% até março de 2021, e com retorno gradual ao patamar válido anterior ao normativo até abril de 2022, de 10,5%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Disponibilidades (depósitos bancários)	1.067	1.021
Total disponibilidades	1.067	1.021
Aplicações com vencimento até 90 dias (Nota 7)	32.000	16.001
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	32.000	16.001
Total caixa e equivalentes de caixa	33.067	17.022

7. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estão compostas como segue:

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
CDI		
Vencimento até 90 dias	32.000	16.001
Total aplicações em depósitos interfinanceiros	32.000	16.001

8. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estão compostas como demonstrado a seguir:

	<u>Jun/21</u>		Dez/20	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento (a)	767	767	759	759
Total	767	767	759	759

⁽a) As cotas do fundo de investimento (FGI – Fundo Garantidor de Investimentos) classificadas no Nível I são atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota disponibilizada pelo BNDES, as quais não possuem data de vencimento.

9. Operações de crédito, arrendamento mercantil e títulos a receber

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as operações de crédito e arrendamento mercantil estão compostas como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Financiamentos	5.596.069	4.557.260
Arrendamento mercantil	38.675	25.430
Total	5.634.744	4.582.690

No semestre findo em 30 de junho de 2021 as operações de crédito e arrendamento mercantil geraram receita de R\$ 248.561. No semestre findo em 30 de junho de 2020 foram gerados resultados de R\$ 220.936.

a) Composição da carteira por nível de risco

Jun/21					
Nível	A Vencer	Vencido	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão
AA	500.745	-	500.745	0,00%	-
Α	1.875.716	18.074	1.893.790	0,50%	9.469
В	2.855.279	94.833	2.950.112	1,00%	29.501
С	192.696	41.508	234.204	3,00%	7.026
D	10.588	16.299	26.887	10,00%	2.689
E	-	6.108	6.108	30,00%	1.832
F	233	6.873	7.106	50,00%	3.553
G	1.740	5.472	7.212	70,00%	5.049
H	-	8.580	8.580	100,00%	8.580
Total	5.436.997	197.747	5.634.744	- -	67.699

Dez/20					
Nível	A Vencer	Vencido	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão
AA	123.751	-	123.751	0,00%	-
Α	1.254.412	10.925	1.265.337	0,50%	6.327
В	2.968.535	67.081	3.035.616	1,00%	30.355
С	114.168	27.093	141.261	3,00%	4.238
D	295	5.025	5.320	10,00%	532
E	-	712	712	30,00%	214
F	-	1.939	1.939	50,00%	969
G	10	4.521	4.531	70,00%	3.172
H	-	4.223	4.223	100,00%	4.223
Total	4.461.171	121.519	4.582.690		50.030

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

b) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Saldo inicial	50.030	41.167
Constituições / Reversões	21.891	19.774
Baixa para prejuízo	(4.222)	(10.911)
Saldo final	67.699	50.030

c) Por setor de atividade

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Indústria	184.055	171.117
Comércio	1.150.678	875.030
Serviços	4.139.174	3.418.242
Pessoas físicas	160.837	118.301
Total	5.634.744	4.582.690

d) Por faixa de vencimento

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Vencimentos		
A partir de 15 dias a vencer	128.997	78.416
Até 3 meses	498.348	447.853
De 3 meses a 1 ano	1.428.304	1.156.961
De 1 ano a 3 anos	2.648.826	2.206.003
De 3 anos a 5 anos	929.193	691.743
De 5 anos a 15 anos	1.076	1.714
Total	5.634.744	4.582.690

e) Por nível de concentração do total da carteira

	Jun/21		Dez/20	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	83.663	1,48	80.315	1,75
2º ao 10º	468.325	8,31	374.841	8,18
11º ao 20º	265.355	4,71	236.909	5,17
21° ao 50°	474.944	8,43	403.300	8,80
51° ao 100°	516.394	9,16	414.868	9,05
Demais devedores	3.826.063	67,90	3.072.457	67,05
Total	5.634.744	100,00	4.582.690	100,01

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

f) Operações renegociadas

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$1.062.470. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 1.343.662.

O aumento da carteira de crédito renegociado ocorreu principalmente devido às ações de flexibilização de pagamentos oferecidas para auxiliar os clientes a enfrentarem os efeitos da pandemia do COVID-19.

g) Recuperação de créditos baixados para prejuízo

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foram recuperados créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 2.433 (R\$ 7.797 no semestre findo em 30 de junho de 2020) e estão registrados em "Receitas da intermediação financeira — Operações de crédito e arrendamento mercantil".

10. Outros Ativos

	<u>Jun/21</u>	<u>Dez/20</u>
Impostos a compensar	5.928	11.635
Valores a liquidar carteira (i)	22.828	20.467
Devedores por depósitos em garantia	237	237
Outros	439	532
Total	29.432	32.871

⁽i) Os saldos de valores a liquidar referem-se as operações de crédito recebidas no último dia do mês, a serem repassadas em D+1 pela instituição financeira responsável pela nossa cobrança.

11. Investimentos em controladas

	Scania Corretora de Seguros <u>Jun/21</u> <u>Dez/20</u>	
Saldo das transações		
Ativo	10.625	8.445
Passivo	181	143
Patrimônio líquido	10.444	8.302
Saldo do investimento no início do período	8.302	4.366
Lucro líquido no exercício	2.142	3.936
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Valor do investimento baseado na equivalência	10.444	8.302

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

12. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

	Ativo	Receita
CLA Comin Latin America	(Passivo)	(Despesa)
SLA – Scania Latin America		(250)
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	(358)
Processamento de dados	-	(294)
Outras despesas administrativas	- (70 671)	(37)
Dívida subordinada (Nota 16) Depósito a prazo (Nota 13)	(79.671)	(1.092)
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	(1.554.729)	(37.492) 303
Rendas antecipadas (Nota 17) Serviços prestados	(99)	65
Total	(1.634.499)	(38.905)
Scania Corretora de Seguros		
Depósito a prazo (Nota 13)	(8.406)	(78)
Serviços prestados	(0.400)	90
Total	(8.406)	12
Scania Consórcio		
Depósito a prazo (Nota 13)	(52.375)	(504)
Total	(52.375)	(504)
Scania CV AB Internal Bank		
	(4.257.050)	(24.952)
Empréstimos no exterior (Nota 14a) Total	(1.257.059) (1.257.059)	(24.852) (24.852)
lotai	(1.237.039)	(24.032)
	Dez/	20
	Ativo	Receita
	(Passivo)	(Despesa)
SLA – Scania Latin America		
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	(605)
Processamento de dados	-	(587)
Outras despesas administrativas	-	(76)
Dívida subordinada (Nota 16)	(79.430)	(2.361)
Depósito a prazo (Nota 13)	(1.247.721)	(65.611)
Rendas antecipadas (Nota 17)	(320)	1.713
Total	(1.327.471)	(67.527)
Sagnia Carratara da Saguras		
Scania Corretora de Seguros Depósito a prazo (Nota 13)	(7.506)	53
Total	(7.506)	53
	(11114)	
Scania CV AB Internal Bank Empréstimos no exterior (Nota 14a)	(473.006)	(43.557)
Total	(473.006)	(43.557)
ı Olai	(473.000)	(43.557)

Jun/21

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 2.944 (R\$ 4.492 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo.

13. Depósitos

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Depósito interfinanceiro	-	12.001
Depósito a prazo (i)	1.615.510	1.255.227
Total de depósitos	1.615.510	1.267.228
Vencimento até 90 dias	539.474	57.038
Vencimento até 360 dias	533.864	719.409
Vencimento maior que 360 dias	542.172	490.781
Total de depósitos	1.615.510	1.267.228
	•	

(ii) Saldo em depósitos a prazo em 30 de junho de 2021 referem-se a captações com a Scania Latin America, Scania Corretora de Seguros e Scania Administradora de Consórcios, com vencimento até julho de 2023, com taxas pré e pós-fixadas que variam de 2,90% a 8,50% ao ano.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 as operações de captação no mercado geraram despesas de R\$ 40.029. No semestre findo em 30 de junho de 2020 foram geradas despesas de R\$ 46.346.

14. Obrigações por empréstimos e repasses

a) Obrigações por empréstimos no exterior

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Vencimento até 90 dias	199.947	123.507
Vencimento até 360 dias	297.500	285.000
Vencimento maior que 360 dias	1.087.500	442.500
Total	1.584.947	851.007
Circulante	497.447	408.507
Não circulante	1.087.500	442.500
Total	1.584.947	851.007

Referem-se a captação de funding para operações de CDC junto a Scania CV AB Internal Bank e AB Svensk SxportKredit (SEK), em reais, com taxas entre 4,62% a 7,27% (Nota 12).

No semestre findo em 30 de junho de 2021 foram realizadas novas captações junto a Scania CV AB Internal Bank relativos a 4 contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

b) Obrigações por empréstimos no país

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Até 3 meses	157.249	159.491
De 3 a 12 meses	438.255	472.433
De 1 a 3 anos	772.634	870.655
De 3 a 5 anos	296.462	340.047
De 5 a 15 anos	606	1.332
Total	1.665.206	1.843.958
Circulante	595.504	631.924
Não circulante	1.069.702	1.212.034
Total	1.665.206	1.843.958

Referem-se a repasses de recursos para operações de Finame com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

c) No semestre findo em 30 de junho de 2021 as obrigações por empréstimos e repasses geraram despesas de R\$ 100.566. No semestre findo em 30 de junho de 2020 foram geradas despesas de R\$ 79.040.

15. Obrigações fiscais correntes e diferidas

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>Jun/21</u>	<u>Dez/20</u>
Provisão para impostos	40.492	64.115
Impostos e contribuições a recolher	2.312	3.016
Passivo fiscal diferido (Nota 24c)		27
Total	42.804	67.158
	•	
Circulante	42.804	67.131
Não circulante	-	27
Total	42.804	67.158

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

b) Diversos

· ———	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Provisão para pagamentos a efetuar	3.394	3.486
Credores diversos	3.393	1.863
Provisão para passivos contingentes (Nota 15c)	2.339	1.915
Provisões administrativas	4.813	2.906
Provisões prestamistas	1.201	659
Outras provisões	1.690	751
Total	16.829	11.580
Circulante	14.490	9.665
Não circulante	2.339	1.915
Total	16.829	11.580

c) Passivos contingentes

- (i) **Provisões trabalhistas** Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- (ii) **Provisões cíveis** Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos.

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o montante de provisões para contingências trabalhistas é de R\$ 1.236, relativos a 8 processos (R\$ 759 em 31 de dezembro de 2020 relativos a 6 processos). Os processos cíveis somam R\$ 1.103, relativos a 25 processos (R\$ 1.156 em 31 de dezembro 2020 relativos a 26 processos) (Nota 15b).

	<u>Jun/21</u>	Dez/20
Saldo no início do exercício	1.915	1.454
Constituições	861	811
Realizações	(437)	(350)
Total	2.339	1.915

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2021 as contingências passivas classificadas como perda possível estão representadas por 31 processos, que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 939 (R\$ 980 em 31 de dezembro 2020 representadas por 29 processos). Os processos estão representados, substancialmente, por ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos.

16. Dívidas subordinadas

	Valor	Data	Data	Taxa de	Valor em	Valor em
Título	emissão	emissão	vencimento	Juros (a.a)	Jun 21	Dez 20
Letra Financeira	30.000	15/09/2011	15/09/2021	108% - CDI	30.291	30.180
Letra Financeira	29.100	11/05/2012	11/05/2022	109% - CDI	29.256	29.183
Letra Financeira	20.000	14/11/2013	14/11/2023	110% - CDI_	20.124	20.067
Total	79.100			_	79.671	79.430

Representada por captações junto a Scania Latin America Ltda que compõem o Capital Nível II, conforme autorizado pelo Banco Central do Brasil.

17. Resultado de exercícios futuros

Em 30 de junho de 2021, o resultado de exercícios futuros foi de R\$ 99 (R\$ 320 em 31 de dezembro de 2020), o valor refere-se a subsídios da Scania Latin America Ltda, relativo a contratos de equalização de taxa de juros, considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pelo Scania Banco S.A, a apropriação do resultado é feita pelo prazo do contrato.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social de R\$ 410.000 está representado por 410.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e sem direito de voto e foi totalmente integralizado por acionistas domiciliados no exterior.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2021, foi deliberado sobre o aumento do capital social no montante de R\$ 140.000, mediante a emissão de 140.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em maio de 2021.

b) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

c) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. O Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

d) Reserva estatutária

Tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

19. Despesas de pessoal

Em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020, as despesas de pessoal são compostas como seque:

	<u>Jun/21</u>	<u>Jun/20</u>
Despesa de pessoal - benefícios e treinamentos	1.843	1.728
Despesa de pessoal - proventos e encargos	10.770	8.614
Despesa de honorários	2.944	2.242
Total	15.557	12.584

20. Outras despesas administrativas

Em 30 de junho de 2021 e de 2020, as outras despesas administrativas são compostas como segue:

	<u>Jun/21</u>	<u>Jun/20</u>
Despesa de aluguel	358	303
Despesa de processamento de dados	1.807	1.311
Despesa de serviços técnicos especializados	2.448	1.908
Despesa de promoção e relações públicas	851	516
Despesa de viagens	103	290
Despesa de comunicação	83	94
Despesa de transporte	285	281
Despesa de publicação	31	28
Despesas de serviços do sistema financeiro	817	528
Despesas de BNDU (*)	575	1.016
Contribuições e doações	67	119
Custas judiciais	375	313
Outras despesas administrativas	470	683
Total	8.270	7.390

^(*) Referente às despesas por busca e apreensão de veículos R\$ 333 (R\$ 474 em 2020), despesas com o Detran R\$ 113 (R\$ 255 em 2020) e outras despesas administrativas R\$ 129 (R\$ 287 em 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

21. Outras receitas e despesas operacionais

Em 30 de junho de 2021 e de 2020, as outras receitas e despesas operacionais são compostas como segue:

	<u>Jun/21</u>	<u>Jun/20</u>
Ressarcimento de custas judiciais	574	1.353
Outras receitas operacionais	-	1
Descontos concedidos	(210)	(275)
Processos cíveis	(350)	(97)
Outras despesas operacionais	(511)	(490)
Total	(498)	492

22. Resultado na alienação de valores e bem

Em 30 de junho de 2021, não houve resultado não operacional (R\$ 437 em 2020), corresponde principalmente ao resultado na venda de bens recebidos em dação em pagamento para a liquidação de operações de crédito.

23. Despesas tributárias

-	<u>Jun/21</u>	Jun/20
Contribuição ao PIS/PASEP	730	607
Contribuição ao COFINS	4.490	3.735
Impostos e taxas estaduais	1.047	684
Outros	1.179	639
Total	7.446	5.665

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição das despesas com impostos e contribuições diferidos

a.1) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	<u>Jun/21</u>	<u>Jun/20</u>
Ativo fiscal diferido de imposto de renda	5.554	1.984
Ativo fiscal diferido de contribuição social	5.220	4.842
Imposto de renda - valores correntes	(21.229)	(18.320)
Contribuição social - valores correntes	(16.545)	(13.222)
Passivo fiscal diferido de imposto de renda	243	(234)
Total	(26.757)	(24.950)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

a.2) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Jun/21		Jun/20	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	62.503	62.503	65.970	65.970
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	22.881	20.223	7.891	4.488
PDD (Adição - Liquida)	20.122	20.122	8.698	9.629
Equivalência patrimonial (Nota 11)	(2.142)	(2.142)	(1.895)	(3.936)
Gratificações a administradores	1.685	-	2.713	-
Outras adições e exclusões	148	148	72	286
Superveniência/Insuficiência de depreciação	973	-	(935)	-
Outras adições e exclusões temporárias	2.095	2.095	(762)	(1.491)
Lucro real e base de cálculo dos tributos	85.384	82.726	73.861	70.458
Imposto de renda e contribuição social – valores correntes	21.335	16.545	18.453	13.222
(-) Deduções de incentivos fiscais	(106)	-	-	-
(-) Impostos retidos			(133)	
Total de Imposto Correte	21.229	16.545	18.320	13.222
Imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias	(5.554)	(5.220)	(1.984)	(4.842)
Imposto de renda – passivo diferido	(243)	-	234	
Imposto diferido	(5.797)	(5.220)	(1.750)	(4.842)
Total imposto de renda e contribuição social corrente	15.432	11.325	16.570	8.380

b) Ativos fiscais diferidos

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente dedutíveis.

Os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo dez/20	Constituições	Realizações	Saldo jun/21
Diferenças temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - IRPJ	16.810	5.115	(442)	21.483
Outras diferenças temporárias	1.498	1.621	(524)	2.595
	18.308	6.736	(966)	24.078
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - CSLL	13.448	4.800	(354)	17.894
Outras diferenças temporárias	1.198	1.193	(419)	1.972
	14.646	5.993	(773)	19.866
Total	32.954	12.729	(1.739)	43.944

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355 e a compensação depende da natureza do crédito gerado.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias.

Jun/21					
Créditos tributários	IRPJ	CSLL	TOTAL		
Até 1 ano	4.095	3.879	7.974		
De 1 a 2 anos	6.337	5.069	11.406		
De 2 a 3 anos	3.921	3.137	7.058		
De 3 a 4 anos	3.424	2.740	6.164		
De 4 a 5 anos	6.301	5.041	11.342		
Total	24.078	19.866	43.944		
Total a valor presente (*)	21.272	17.597	38.869		

^(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação.

c) Passivos fiscais diferidos

Descrição	Saldo dez/20	Constituições	Realizações	Saldo jun/21
Imposto de renda				
Adições temporárias - Superveniência	27	-	(27)	-
Total	27	-	(27)	-

25. Resultados não recorrentes

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco registrou resultado não recorrente de R\$ 776 referente a majoração de alíquota da CSLL. No semestre findo em 30 de junho de 2020, não foram gerados resultados não recorrentes.

26. Eventos subsequentes

A Lei nº 14.183/21, publicada no Diário Oficial da União em julho de 2021, no seu artigo 1º, alterou as disposições normativas previstas na Lei nº 7.689/88 majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as instituições financeiras e equiparadas. A alteração elevou de 20% (vinte por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) a alíquota da CSLL a partir de 1º de julho de 2021 com vigência até 31 de dezembro de 2021, sendo que após 1º de janeiro de 2022 a alíquota retornará ao patamar de 20%.

Está alteração está refletida nos créditos tributários de CSLL sobre as diferenças e obrigações fiscais diferidas registrados a partir de Julho/2021, no qual são aplicadas às alíquotas de 20% e 25%, de acordo com os prazos de realização desses créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

27. Outros assuntos

A pandemia de Covid-19 tem causado fortes impactos e desaceleração da atividade econômica global. Governos e os bancos centrais trabalham para preservar empregos e empresas, buscando pacotes fiscais que podem ajudar preservar a economia através de cortes nas taxas de juros e da adoção de medidas de liquidez. Essa crise econômica ainda persistirá por um tempo exigindo assim muito cuidado com os nossos clientes, colaboradores e sociedade como um todo. Sendo assim, mantendo nossa responsabilidade social, continuaremos a acompanhar os possíveis efeitos econômicos e sociais da pandemia do Covid-19.

* * *